

RENDA PER CAPITA NO PARANÁ E NO BRASIL

ESTUDO COMPARATIVO - 1970-76

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

**RENDA PER CAPITA NO PARANÁ E NO BRASIL
ESTUDO COMPARATIVO - 1970-76**

março/1977

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. OBJETIVO

2. METODOLOGIA

3. O CONCEITO DE RPC

4. AGREGADOS MACROECONÔMICOS

4.1. RENDA INTERNA

4.2. RENDA NACIONAL

4.3. PRODUTO INTERNO BRUTO

5. AS DISCREPÂNCIAS NOS VALORES DA RPC

6. RPC DO BRASIL E DO PARANÁ

6.1. PROCESSO DE OBTENÇÃO

6.2. BRASIL

6.3. PARANÁ

7. ANÁLISE COMPARATIVA

8. CONCLUSÕES

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho visa contribuir para uma análise da economia paranaense, a partir de um indicador extremamente importante como é a Renda Per Capita. Paralelamente a isto, a comparação desses valores com os do Brasil, proporcionarão elementos para se estabelecer alguns parâmetros entre as populações do Paraná e do Brasil.

A publicação desses dados atende à freqüência com que os mesmos tem sido solicitados junto ao IPARDES. Sua elaboração esteve a cargo do Economista Luiz Vamberto de Santana, contando ainda com os trabalhos de apoio dos Técnicos Dante Luiz Ribeiro da Fonseca e José Carlos Selicani.

Curitiba, março de 1.977

INTRODUÇÃO

A Renda Per Capita (RPC) continua sendo um dos indicadores mais utilizados na avaliação do crescimento econômico de uma comunidade em relação a outras. Apesar dos muitos adversários da sua utilização, um país desenvolvido tem, entre outros índices, uma RPC elevada, bem ao contrário das nações subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento que, regra geral apresentam RPC inferiores.

A níveis regionais, tais valores também se constituem em indicadores eficientes do desempenho de uma economia seja no aspecto espacial seja no temporal.

1. OBJETIVO

Dada a constante demanda de informações nesse sentido junto ao IPARDES, considerou-se a conveniência da realização de um estudo visando a determinação da RPC do Estado e, a partir daí, uma análise comparativa com a do Brasil. Este é o objetivo deste trabalho, cuja metodologia é exposta a seguir.

2. METODOLOGIA

Inicialmente, o estudo se preocupará com a conceituação de RPC. Numa etapa seguinte, serão analisados os grandes agregados macroeconômicos, realçando as diferenças básicas entre eles. Após isso, serão descritas as desigualdades existentes nos valores per-capita, as quais são debitadas na maioria das vezes, às discrepâncias nas fontes de dados ou na forma de cálculo. Posteriormente virão os valores da RPC do Paraná e do Brasil, seguidas de uma análise comparativa e logo após, as conclusões.

3. O CONCEITO DE RPC

Dentre as definições de RPC, duas parecem ser as mais usadas: 1ª) "é a repartição, por habitante, da Renda Nacional de uma economia"; 2ª) "é quanto cabe a cada habitante, no total da renda gerada numa economia". É utópico supor que cada habitante do país, ao fim de um período de tempo, vai auferir, uma soma igual à RPC. Ela é um valor médio, obtido como se a renda do país fosse igualmente distribuída entre todos os habitantes. Todavia é sabido que tal não ocorre; ela vai se concentrar em certas camadas da população, forçando então a que outras tenham uma RPC inferior. Apesar das possíveis desigualdades na distribuição, a RPC continua a ser um importante indicador para a classificação, de uma nação, de uma região ou de um estado no bloco dos desenvolvidos ou dos subdesenvolvidos. O Banco Mundial no seu Relatório de 1975, publicou os valores da RPC daquele ano para os países das Américas (Sul, Norte e Central). Nota-se que as maiores RPC estão vinculadas aos mais desenvolvidos, ocorrendo justamente o oposto com os menos desenvolvidos, conforme se pode verificar no Quadro I a seguir, que apresenta os dados selecionados de 10 (dez) países do continente.

QUADRO I-RENDAS PER CAPITA DE ALGUNS PAÍSES DAS AMÉRICAS - 1973

PAÍS	RPC (em US\$)
E.U.A	6.200
CANADÁ	5.450
ARGENTINA	1.640
VENEZUELA	1.310
URUGUAI	950
MÉXICO	890
BRASIL	760
CHILE	720
BOLÍVIA	230
HAITI	130

FONTE: Banco Mundial - Relatório de 1975

Neste mesmo Relatório do Banco Mundial, pode-se constatar que a Renda Nacional (RN) do Brasil em 1973, foi quase duas vezes superior à da Argentina, somando aproximadamente 77 bilhões de dólares; mas quando é feita a distribuição pela população brasileira, que é 4(quatro) vezes maior que a da Argentina, a RPC obtida é praticamente a metade. Dessa forma, fica claro que o fato da RPC de um país ser maior em relação à de outro, nem sempre é decorrência de uma RN mais elevada, mas sim do menor contingente populacional. Por outro lado, isto pode acontecer também como decorrência de certas atividades que induzem a uma excessiva concentração de renda em certos extratos da população fazendo com que a RPC seja elevada; no entanto a maior parte da população está muito aquém desses níveis. Um exemplo apontado para este caso é o da Venezuela e sua economia lastreada no petróleo.

4. AGREGADOS MACROECONÔMICOS

Apesar da forma já consagrada pela Teoria Econômica no sentido da determinação da RPC através da Renda Nacional, ela tem sido obtida também a partir de outros agregados. Estes são indicados a seguir, com as diferenças conceituais implícitas a cada um.

4.1 RENDA INTERNA (RI)

A Renda Interna de um país, de um estado, de um sistema econômico é a somatória das remunerações aos fatores produtivos, geradas no espaço geográfico dessa economia. Tais remunerações podem ser agrupadas em dois grandes itens: 1º) remuneração ao trabalho, na forma de salários, ordenados, etc.; 2º) remuneração ao empresário e ao capital, na forma de juros, aluguéis, dividendos, lucros, etc.

Todavia, pode acontecer que uma parcela da renda gerada internamente seja remetida para o exterior e também o caso oposto, onde renda gerada no exterior é remetida para esta economia. Ao saldo dessa renda recebida menos renda remetida, denomina-se Renda Líquida do Exterior (RLE). Sob este conceito está registrado então, o saldo (positivo ou negativo) dos rendimentos auferidos pelos fatores de produção de propriedade de residentes

no país e empregados no exterior e, os de residentes no exterior, mas empregados no país, compreendendo dentre outros: direitos autorais, aluguéis de filmes cinematográficos, patentes e royalties, despesas de administração e assistência técnica, rendas derivadas de investimentos, etc.

4.2 RENDA NACIONAL (RN)

Acrescentando-se a RLE ao valor da RI, obtem-se a RN que na definição de Stone¹ é a "renda auferida pelos habitantes ou residentes habituais de um país, devido a sua participação na economia mundial", ou seja, um valor que representa a quantificação do esforço produtivo nacional. No período em que a RLE de um país é positiva, tem-se uma RN maior do que a RI; quando ela é negativa, ou seja, o país remeteu para o exterior um valor maior do que o recebido, a RN é inferior à RI.

De acordo com os dados do "Centro de Contas Nacionais" da Fundação Getúlio Vargas-FGV, a RLE do Brasil sempre tem sido negativa, o que é consequência da remessa para o exterior em volume maior do que o recebido. Apesar da renda ter sido gerada no espaço geográfico interno, uma parcela não ficou à disposição de brasileiros, fazendo com que a RN seja inferior à RI.

4.3 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Os agregados macroeconômicos que até agora foram avaliados pelo ângulo da remuneração aos fatores de produção ou fluxo

¹Stone, Richard: "Sistemas de Contabilidade Social", Zahar Editores, São Paulo, 1963, pág. 15.

nominal podem ser identificados também através do fluxo real. Tanto num aspecto quanto noutro, a somatória dos valores são iguais. Um dos conceitos mais representativos sob esse aspecto é o do PIB, que representa a somatória dos bens e serviços finais gerados numa economia, num determinado período de tempo. A forma pela qual ele é obtido permite eliminar a possibilidade de dupla contagem ou superposição de valores, o que poderia conduzir a um resultado fictício e muito além da realidade. Ele é quantificado em termos de preço final ou preço de mercado; ou seja, o PIB inclui os valores dos impostos indiretos² dos quais é deduzida uma parcela que corresponde aos subsídios concedidos pelo governo. Também está incluído no valor do PIB aquilo que corresponde a provisão para depreciação dos bens de capital.

Visando ilustrar as diferenças básicas entre estes conceitos, no caso brasileiro, segue-se uma série desses valores, período 1960-73. De acordo com o Quadro II, verifica-se que a média do período 1960-73, acusa uma participação da RN no PIB equivalente a 80,3% e a da RI corresponde a 81,1%. Estes dados permitem concluir que, conforme o agregado tomado como base, a RPC vai oscilar, dificultando então as comparações.

² Alguns exemplos de Impostos Indiretos:
ICM: Imposto sobre Circulação de Mercadorias; IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados; ISCL: Imposto Sobre Combustíveis e Lubrificantes; ISEL: Imposto Sobre Energia Elétrica, etc...

QUADRO II - BRASIL: AGREGADOS MACROECONÔMICOS - 1960 - 73

Valores Correntes, em Cr\$ 1.000,00

ANO	RENDA INTERNA 1	RENDA LÍQUIDA DO EXTERIOR 2	RENDA NACIONAL 3= 1+2	IMPOSTOS INDIRE- TOS 4	SUBSÍDIOS 5	DEPRECIÇÃO 6	PROD. INTERNO NO BRUTO 7=1+4 - 5+6	RI/PIB	RN/PIB
1960	2.241.200	- 22.000	2.219.200	397.400	24.300	136.400	2.750.700	81,5%	80,7
1961	3.379.900	- 23.500	3.356.400	519.800	48.900	201.300	4.052.100	83,4%	82,8
1962	5.532.700	- 62.400	5.595.100	828.600	86.700	326.800	6.601.400	83,1%	82,9
1963	10.016.600	- 71.400	9.945.200	1.525.000	205.500	592.500	11.928.600	84,0%	83,4
1964	19.082.600	- 151.200	18.931.400	3.214.400	386.500	1.144.500	23.055.000	82,8%	82,1
1965	30.147.100	- 393.500	29.753.600	5.537.800	687.500	1.820.200	36.817.600	81,9%	80,8
1966	42.905.500	- 508.200	42.397.300	8.859.400	700.100	2.659.300	53.724.100	79,9%	78,9
1967	57.972.700	- 787.000	57.185.700	10.921.400	940.700	3.532.900	71.486.300	81,1%	80,0
1968	78.280.900	- 922.400	77.358.500	17.762.200	1.108.400	4.945.300	99.880.000	78,4%	77,5
1969	103.682.700	- 1.233.500	102.449.200	24.088.300	1.244.600	6.590.500	133.116.900	77,9%	77,0
1970	165.295.900	- 1.842.000	163.453.900	32.187.300	1.148.800	10.230.300	206.564.700	80,0%	79,1
1971	221.144.000	- 2.458.900	218.685.100	40.683.100	1.142.400	13.582.700	274.267.400	80,6%	79,7
1972	289.206.900	- 3.310.600	285.896.300	53.967.000	1.822.200	17.781.000	359.132.700	80,5%	79,6
1973	382.575.200	- 3.982.100	378.593.100	73.032.400	2.090.100	23.645.600	477.163.100	80,2%	79,3

FONTE: CENTRO DE CONTAS NACIONAIS DA FGV

5. AS DISCREPÂNCIAS NOS VALORES DA RPC

Por paradoxal que possa parecer, a maioria dos valores apresentados como RPC do Brasil são na realidade obtidos a partir do PIB. No "Relatório Anual de 1975" do Banco Central, à página 24, aparece uma série de valores per capita (1970-75), derivados do PIB; mais adiante, na página 25, em certo trecho vem o seguinte: "... resultados da expansão econômica de forma que a renda per capita - acima de Cr\$ 8 mil em 1975 - não represente apenas um indicador abstrato ...".

Na verdade, o que está acima de Cr\$ 8 mil em 1975, não é a RPC mas sim o PIB per capita; como o PIB é aproximadamente 20% superior à RN, como está demonstrado no Quadro II, os valores per capita em termos de Produto estão 20% acima dos de Renda. E quando se tenta comparar os valores per capita nacionais com os do Paraná, fatalmente aqueles já levam vantagem, pois o que se dispõe para o Paraná são valores de Renda. Quando é efetuada a distribuição per capita os valores derivados do PIB serão 20% maiores que os obtidos através da RN ou RI.

Por outro lado, mesmo quando é feita a referência explícita de que o dado corresponde ao PIB per capita, ainda há divergências, conforme a fonte de informação. No Quadro III, a seguir, um demonstrativo a respeito.

QUADRO III - BRASIL - VALORES PER CAPITA

ANO	PIB pc US\$ 1	RPC US\$ 2	PIB pc US\$ 3	PIB pc CR\$ 4	PIB pc US\$ 5	PIB pc CR\$ 6	PIB pc US\$ 7	PIB pc US\$ 8
1968					474			
1969	383				502			
1970	408		546	2.391	534	2.226	445	
1971					578	2.857		
1972					620	3.639		
1973		700			671	4.706		
1974	514 (*)			3.021 (*)	715	6.494		796
1975						8.372	603	

FONTES: Coluna 1 : Suplemento "Um jeitão bem brasileiro", do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1972;

Coluna 2 : II P.N.D., pág. 16;

Coluna 3 : II P.N.D., pág. 94;

Coluna 4 : I P.N.D., pág. 16;

Coluna 5 : Relatório do Banco Central, 1974, pág. 27 a preços de 1972;

Coluna 6 : Relatório do Banco Central, 1975, pág. 24, Valores Correntes;

Coluna 7 : CEPAL: "Notas sobre la economia y el desarrollo de América Latina", Boletim nº 216, Junho de 1976, a preços de 1970;

Coluna 8 : BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, Relatório Anual de 1975, a preços de 1973;

(*) Projeção.

Um exemplo gritante do desajuste das informações aparece no ano de 1970: O Ministério do Planejamento aponta um PIB per capita de 408 US\$, já o II PND indica 546 US\$, o Banco Central dá 534 US\$ e a CEPAL indica 445 US\$; em cruzeiros, o I PND dá 2.391, enquanto o Banco Central dá 2.226.

Um outro exemplo dessa diferenciação é constatada para o ano de 1968, conforme é demonstrado a seguir, no Quadro IV. Os valores são para um mesmo ano e indicam as mesmas fontes; foram no entanto, publicados em trabalhos diferentes:

QUADRO IV - RENDA PER CAPITA - 1968

ÁREA	Cr\$ 1,00	
	VALOR (1)	VALOR (2)
GUANABARA	2.142	1.692
SÃO PAULO	1.742	1.240
MINAS GERAIS	667	517
AMAZONAS	573	289
PIAUI	278	222
PARANÁ	-	562
RIO GRANDE DO SUL	-	786
BRASIL	846	668

FONTE: Coluna 1= Do trabalho "Padrões de Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional do Brasil", in "Conjuntura Econômica" Dez/1973, pág. 110. Cita como fonte dos dados: IBGE/FGV.

Coluna 2= Publicado na Revista "Realidade" de Julho/1970 Suplemento Especial, pág. 269, citando como fonte: IBGE/FGV.

6. RPC DO BRASIL E DO PARANÁ

Justamente para evitar a diferenciação de conceitos e considerando que os valores disponíveis para o Paraná são apenas os de RI, esta será tomada como base de cálculo da RPC, tanto para o Brasil como o Paraná. Isto possibilitará uma comparação conceitualmente coerente entre os valores evitando distorções, além de que a RI apresenta valores bem mais próximos da RN do que o PIB.

6.1. PROCESSO DE OBTENÇÃO

A RPC foi obtida dividindo-se a RI de cada ano pelo número de habitantes, tanto a nível nacional como estadual. Além de apresentar os valores em Cr\$, eles também aparecem em US\$. Para a conversão em dolar, foi utilizada a cotação daquela moeda em relação ao cruzeiro, de acordo com o Quadro abaixo.

QUADRO V - DÓLAR AMERICANO (US\$) - COTAÇÃO EM RELAÇÃO À MOEDA NACIONAL³

ANO	MÉDIA ANUAL: Cr\$
1970	4,589
1971	5,287
1972	5,934
1973	6,126
1974	6,790
1975	8,126
1976	10,671

³ FONTE: Banco Central, publicado em "Conjuntura Econômica", vol. 31, nº 01, pág. 178, jan/77.

Todavia, foi publicado num órgão de imprensa⁴ que a taxa média do dólar em 1976 foi Cr\$ 10,30, não citando qual a fonte. Para que isto ocorresse, considerando a cotação média mensal do Banco Central, o valor para dezembro deveria ser Cr\$... 7,70, o que não condiz com o que realmente se verificou, ou seja, uma taxa média, naquele mes, de Cr\$ 12,149⁵.

6.2. BRASIL

Conhecendo-se o valor da RI para o período de 1970-73⁶, foi possível obter-se os valores da série 1974-76, a partir das taxas de crescimento do produto real, respectivamente: 9,6%, 4,0% e 8,8%⁷. Sobre o valor conhecido para 1973, aplicou-se o percentual de 9,6%, obtendo-se então a RI para 1974; a este acresceu-se 4,0%, o que permitiu a determinação de 1975; processo semelhante foi utilizado para 1976. Previamente, contudo, foi feita a conversão dos valores correntes em constantes para só então ser aplicada a taxa de crescimento do produto real.

O deflator utilizado para a RI do Brasil foi o de "Disponibilidade Interna-Coluna 2"⁸.

6.3. PARANÁ

Os valores da RI do Paraná foram obtidos de trabalho an-

⁴ Jornal "O Estado de São Paulo", de 07/01/77, págs. 01 e 26.

⁵ Ibidem 3

⁶ Fonte: "Centro de Contas Nacionais" de FGV, publicado em "Conjuntura Econômica", Vol.30, nº 3, pag.91

⁷ 1974-75: Ibidem 6, pág. 89

1976 : FGV/IBGE, conforme publicado em "O Estado de S.Paulo" de 07/01/77, págs 01 e 26

⁸ Publicado em "Conjuntura Econômica", vol.31, nº 1, seção "Índices Economicos Nacionais e Regionais".

terior, realizado pelo IPARDES⁹.

Nos quadros VI e VII a seguir, está a quantificação da RPC do brasileiro e do paranaense.

⁹ "Renda Interna do Paraná: 1970-76", Ipardes, Fev/77.

QUADRO VI - RENDA PER CAPITA DO PARANÁ E DO BRASIL - PERÍODO 1970/76
VALORES CORRENTES

ANO	POPULAÇÃO	VARIAÇÃO ANUAL (%)	RENDA INTERNA (em Cr\$ 1.000,00)	VARIAÇÃO ANUAL (%)	RENDA PER CAPITA			
					Cr\$ 1,00	VARIAÇÃO ANUAL (%)	US\$ 1,00	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1970	PR 6.998.000	-	10.351.297	-	1.479	-	322	-
	BR 94.509.000	-	165.295.907	-	1.749	-	381	-
1971	PR 7.168.000	2,4	16.227.132	56,8	2.264	53,1	428	32,9
	BR 95.993.000	1,6	221.143.953	33,8	2.304	31,7	436	14,4
1972	PR 7.478.000	4,3	22.793.557	40,5	3.048	34,6	514	20,1
	BR 98.690.000	2,8	289.206.906	30,8	2.930	27,2	494	13,3
1973	PR 7.793.000	4,2	32.311.515	41,8	4.146	36,0	677	31,7
	BR 101.433.000	2,8	382.575.167	32,8	3.772	28,7	616	24,7
1974	PR 8.116.000	4,1	50.487.209	56,3	6.221	50,0	916	35,3
	BR 104.243.000	2,8	539.584.835	41,0	5.196	37,2	762	23,7
1975	PR 8.449.000	4,1	69.959.452	38,6	8.280	33,1	1.019	11,2
	BR 107.145.000	2,8	716.658.591	32,8	6.689	29,2	823	8,0
1976	PR 8.791.000	4,0	110.106.445	57,4	12.525	51,3	1.174	15,2
	BR 110.127.500	2,8	1.102.807.801	53,9	10.014	49,7	939	14,9

FONTE: 1) População: "Anuário Estatístico do IBGE - 1975"

2) Renda Interna: Paraná - IPARDES

Brasil - 1970/73 = "Centro de Contas Nacionais" - F.G.V.

1974/76 = Projeções IPARDES

QUADRO VII - RENDA PER CAPITA DO PARANÁ E DO BRASIL - PERÍODO 1970/76
VALORES A PREÇOS CONSTANTES DE 1975

ANO	POPULAÇÃO	VARIACÃO ANUAL (%)	RENDA INTERNA (em Cr\$ 1.000,00)	VARIACÃO ANUAL (%)	RENDA PER CAPITA			
					Cr\$ 1,00	VARIACÃO ANUAL (%)	(US\$ 1,00)	VARIACÃO ANUAL (%)
1970	PR 6.998.000	-	34.860.858	-	4.982	-	613	-
	BR 94.509.000	-	440.549.526	-	4.661	-	574	-
1971	PR 7.168.000	2,4	45.378.152	30,2	6.331	27,1	779	27,1
	BR 95.993.000	1,6	489.390.770	11,1	5.098	9,4	627	9,2
1972	PR 7.478.000	4,3	49.224.860	8,5	6.583	4,0	810	4,0
	BR 98.690.000	2,8	547.172.325	11,8	5.544	8,8	682	8,8
1973	PR 7.793.000	4,2	54.360.429	10,4	6.976	5,9	858	5,9
	BR 101.433.000	2,8	628.736.132	14,9	6.199	11,7	763	11,9
1974	PR 8.116.000	4,1	65.818.528	21,1	8.110	16,3	998	16,3
	BR 104.243.000	2,8	689.094.800	9,6	6.610	6,7	813	6,6
1975	PR 8.449.000	4,1	69.959.452	6,3	8.280	2,1	1.019	2,1
	BR 107.145.000	2,8	716.658.591	4,0	6.689	1,2	823	1,2
1976	PR 8.791.000	4,0	77.843.656	11,3	8.855	6,9	1.090	6,9
	BR 110.127.500	2,8	779.724.547	8,8	7.080	5,8	871	5,8

FONTE: 1) População: "Anuário Estatístico do IBGE - 1975"

2) Renda Interna: Paraná - IPARDES

Brasil - 1970/73 = "Centro de Contas Nacionais" - F.G.V.

1974/76 = Projeções IPARDES

7. ANÁLISE COMPARATIVA

Nesta etapa, o enfoque será no sentido de explicar: 1º) porque ao longo da série 1970-76, a RPC do paranaense conseguiu ser superior a RPC do brasileiro e 2º) porque no ano de 1976, apesar do aumento verificado na RPC do paranaense, as taxas foram menores do que as esperadas.

Quanto ao 1º enfoque, entre os argumentos que fundamentam a superioridade da RPC do paranaense, pode-se citar:

- 1º) Enquanto a RI do Brasil aumentou em 60,2%, no período 1970-76, a do Paraná cresceu de 87,8%, no mesmo período, em valores reais.
- 2º) A taxa de crescimento populacional do Paraná, que na década de 60 estava em torno de 7,0% ao ano, diminuiu para 3,8% em média, no período 1970-76.
- 3º) Os expressivos crescimentos do setor agrícola justamente nos anos de melhor desempenho da economia, ou seja, 1971 e 1974, no primeiro devido ao café e no segundo ao café mais a soja. A predominância de uma ou duas culturas no conjunto da economia é no entanto uma faca de dois gumes; haja visto o ocorrido em 1976.

Em relação ao 2º enfoque, um diagnóstico das causas prováveis apontaria:

- 1º) Este foi um ano atípico, segundo os padrões vigentes pois não foi produzido café no Paraná. Considerando que este produto, no período 1970-75 participou em média, com 20% na renda da agricultura e 8% na RI do Estado pode-se inferir como isto afetou a economia regional em 1976.
- 2º) Reforçando o juízo anterior, sabe-se que 21% da renda da agricultura em 1975, coube ao café¹⁰ e no ano seguinte sua participação é igual a 0 (zero).
- 3º) Como a atividade agrícola necessita sobremaneira do apoio do setor de serviços, como por exemplo: transportes, comercialização, armazenagem, intermediários financeiros, etc., uma queda na sua taxa de crescimento geralmente vai resultar num impacto negativo no setor terciário ou de prestação de serviços. É uma espécie de multiplicador keynesiano às avessas.

¹⁰ Ver "Renda Interna do Paraná : 1970-76", IPARDES, fev./77, Anexo I.

49) A taxa de crescimento da RI (11,3%) foi em parte, amortecida pelo incremento populacional (4,0%) o que justifica a tese de que o crescimento demográfico é uma variável importante no desempenho de qualquer economia.

8. CONCLUSÕES

Diante do exposto, é lícito concluir que:

- 1º) Um bom desempenho do setor agrícola em 1977, sabendo desde já da sua influência no setor serviços, e que estes dois setores respondem em média por 85% da RI do estado, será fundamental para que a evolução da RI atinja percentuais mais elevados e, conseqüentemente, também a RPC.
- 2º) Para que o crescimento desejado e necessário se efetive, a infra-estrutura de apoio deve merecer especial atenção pois, caso contrário, ter-se-á então um ponto de estrangulamento de difícil contorno.
- 3º) Enquanto a população brasileira, ceteris paribus, enriqueceu 5,8% em 1976 a paranaense enriqueceu 6,9%.
- 4º) A RPC do paranaense é superior à do brasileiro, tudo indicando que esta tendência deverá se acentuar.